

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Entre a Revolução e o Golpe: o desenvolvimento da política brasileira entre 1930 e 1964

(Discussão em teoria social)

GT 17 – Pensamento Latino-americano
Rafael José Caruccio¹ & Naiara Dal Molin²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução tanto institucional quanto ideológica da política brasileira entre a Revolução de 1930 e o golpe civil-militar de 1964. Esses dois eventos, em si mesmos, não são explorados, e sim o processo histórico que atravessou aquele período. O foco principal foi subdividido em dois capítulos. O primeiro lançando um olhar sobre as mudanças institucionais realizadas por Getúlio Vargas em seus primeiros quinze anos de governo e sua correspondente corrente intelectual, conhecida como *pensamento autoritário*. O segundo discute as possibilidades e limites do nacional-desenvolvimentismo do período democrático, entre 1945 e 1964. Palavras-chave: Evolução institucional. Pensamento autoritário. Nacional-desenvolvimentismo.

1. INTRODUÇÃO

O processo de formação de um Estado nacional coloca problemas práticos e teóricos para suas classes dirigentes e elites intelectuais. Para Hobsbawm (2008b), as burguesias liberais e os intelectuais do século XIX foram os principais ideólogos do conceito moderno de nação. Para o historiador inglês, o papel das economias definidas por fronteiras era grande no período de modernização do século XIX, questionando se o Estado-nação desempenhou ou não um papel específico na construção do capitalismo. Na realidade, Hobsbawm já tem a resposta (positiva) para essa questão. Aqueles intelectuais (economistas, sociólogos etc), devido à influência de Adam Smith tentavam, em teoria, desqualificar o papel do Estado-nação na moderna economia, mas se rendiam a ele na prática.

Na verdade, como poderiam ser negadas as funções econômicas e mesmo os benefícios do Estado-nação? A existência de estados com monopólio da moeda, com finanças públicas e, portanto, com atividades e políticas fiscais era um fato. Eram atividades econômicas que não poderiam ser abolidas mesmo por aqueles que quisessem eliminar suas intervenções danosas na economia. (...) o Estado garantia, afinal de contas, a segurança da propriedade e dos contratos (...). Em resumo, nenhum economista – mesmo da mais extrema convicção liberal – podia negligenciar ou não levar em conta a economia nacional. Apenas eles não gostavam de referir-se a ela, ou não sabiam como fazê-lo (HOBSBAWM, 2008b, p. 40).

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas.

² Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas.

Conforme a citação acima deixa claro, o Estado-nação centralizado tinha vindo para ficar. Em linhas gerais, foi Weber quem melhor o descreveu:

Em um Estado moderno, o domínio efetivo, que não se manifesta nos discursos parlamentares nem em declarações de monarcas, mas sim no cotidiano da administração, encontra-se, necessária e inevitavelmente, nas mãos do funcionalismo, tanto do militar quanto do civil (...). Do mesmo modo que o chamado progresso em direção ao capitalismo, desde a Idade Média, é o critério unívoco da modernização da economia, o progresso em direção ao funcionalismo burocrático, baseado em contrato, salário, pensão, carreira, treinamento especializado e divisão de trabalho, competências fixas, documentação e ordem hierárquica, é o critério igualmente unívoco da modernização do Estado (...) (WEBER, 2009, p. 529).

No caso brasileiro, foi o Estado getulista o primeiro a delinear-lo objetivamente. Houve uma enorme transformação do debate público a partir daí. Foi no período entre 1930 e 1964 que se formou um dos principais debates nacionais, entre nacional-desenvolvimentistas e entreguistas (ou internacionalistas). Antes de 1930, a disputa político-intelectual estava ancorada na derrubada do mundo agrário, atrasado, pré-capitalista, das oligarquias, do federalismo deturpado etc. A Revolução de 1930 em grande parte cumpriu seu objetivo mas, como a resolução de questões sócio-políticas acaba levando ao surgimento de outras, a sociedade brasileira passou a debater quais as maneiras de consolidar o novo estágio. Ou pela via da industrialização e do desenvolvimento autônomo, ou pelo livre mercado e atrelamento político aos Estados Unidos.

Procurarei, neste trabalho, fazer uma análise do pensamento político brasileiro à luz da história. Privilegiarei o período entendido como de formação do moderno Estado-nação brasileiro, a partir de Getúlio Vargas, colocando em foco duas vertentes, a do pensamento autoritário e a do nacional-desenvolvimentismo. Quanto à primeira, ela já dava seus primeiros passos na década de 1920. Foi ela quem melhor legitimou o discurso e a prática varguistas. A segunda elaborou e sistematizou as formas de intervenção estatal na economia, visando ao desenvolvimento autônomo. Esta última surgiu durante o governo Dutra e prosseguiu até 1964, ano do golpe civil-militar, justamente por gerar a reação fervorosa dos liberais e aliados ao capital estrangeiro, entre eles muitos parlamentares da UDN (União Democrática Nacional) e da facção parlamentar Ação Democrática Parlamentar, financiada inclusive pela CIA (Agência Central de Inteligência americana) (FAUSTO, 2010).

2. O PENSAMENTO E A PRÁTICA AUTORITÁRIA

De certa forma, ao caracterizarmos, por exemplo, Oliveira Viana e sua corrente de pensamento como “autoritária”, já estamos fazendo um julgamento de valor baseado na ideia de que haveria um pensamento “não autoritário”. Paim (1989), por exemplo, destaca que na década de 1930 havia o embate entre dois agrupamentos autoritários – o comunista e o integralista. Em outros escritos e análises sobre o período em questão, como em Lamounier, por exemplo, há uma perspectiva parecida. Evidentemente que o padrão adotado é o liberal, o qual seria caracterizado como pensamento “não autoritário”.

Sem entrar com profundidade em questões semânticas ou mesmo filosóficas a respeito do que seria autoritário ou não, ou se o rótulo do conceito está equivocado, faço essa ressalva no mesmo sentido em que Brandão (2007) falou na diferenciação entre o liberalismo em geral e os “liberalismos” que se desenvolveram no Brasil. Ou o pensamento se conformando à realidade de um país determinado. Aquele autor, na verdade, quer destacar que os pensadores não são soltos no ar, ou que os intelectuais não são meros eruditos desocupados, como muitos poderiam pensar.

Oliveira Viana foi, na verdade, um pensador dos problemas de seu tempo, e sua falta de preocupação com a democracia era mais uma questão de prioridades de alguns problemas em relação a outros do que propriamente um desvio moral. Lembremos que a democracia como um valor em si mesmo é algo recente no Brasil, e somente um pouco mais recente do que nos centros irradiadores (Europa e Estados Unidos). Antes do governo Carter (1977-1981), não havia nenhuma disposição dos Estados Unidos em promover a democracia mundo afora. Indo um pouco mais longe nesta reflexão, poderíamos dizer que a democracia perigosamente se tornou um lugar-comum, sendo um termo definidor até mesmo de regimes virtualmente plutocráticosⁱ.

Uma consideração básica, neste sentido, é entender o período de florescimento do pensamento autoritário como um período de transição no Brasil, em que as oligarquias rurais ainda eram dominantes, mas já sentiam a pressão de grupos urbanos crescentes. Havia uma mudança estrutural em curso na sociedade brasileira. Dos anos vinte até o Estado Novo, temos então o período em que a preocupação central, acima da liberdade e da democracia, está na modernização do Estado. Pois a classe a ser alijada do poder era por princípio pré-modernaⁱⁱ. Creio ser esta a melhor maneira de seguir as pistas do pensamento autoritário.

Dentro da ótica de uma das maiores transformações efetuada pelo governo Vargas, a da política trabalhista, da qual participou Oliveira Viana, temos um *locus* privilegiado para mapear o que representou a cooptação getulista dos intelectuais, além da influência da própria corrente autoritária.

Seria precipitado avaliar se Getúlio realmente leu alguns daqueles pensadores (Oliveira Viana, Alberto Torres etc) e por eles foi influenciado. O que parece razoável supor é que havia uma coincidência de opiniões e isto teria facilitado tanto o pragmatismo getulista quanto a legitimação das reformas propostas por ele. A política trabalhista – em várias fases entre 1930 e 1945 (FAUSTO, 2010) – é aquela que traduz melhor a análise teórica sobre a relação entre o autoritarismo e Getúlio Vargas. O objetivo principal de Vargas foi justamente acabar com a gênese de um movimento operário que poderia agregar os trabalhadores de forma organizada. Seu governo tratou de colocar o sindicalismo sob a tutela estatal. Conforme Lamounier (1985, p. 356):

(...) a transformação do pensamento político no período considerado deve ser entendida basicamente como a formação de um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade.

Provavelmente esta ênfase que Lamounier confere ao Estado, mais até que na expressão “pensamento autoritário”, deve-se a uma perspectiva utilizada por alguns autores que privilegia, a respeito da década de 1930, a noção de “Estado se sobrepondo ao mercado”. Os opositores de Keynes também utilizam esta forma de crítica. Não obstante, Lamounier deixa claro que o que ele chama de “ideologia de Estado” é uma reconstrução a posteriori, ou seja, jamais fora utilizada por Francisco Campos ou Azevedo Amaral, por exemplo. São duas formas, portanto, de se conceituar a questão. Por um lado, temos a ênfase no papel do Estado em contraposição ao mercado, e por outro o autoritarismo em contraposição ao liberalismo.

Da mesma forma que havia o Estado moderno e burocrático em construção, e mesmo tutelar, também havia, no contexto mundial, o antiliberalismo. Assim, o pensamento autoritário não era necessariamente um contexto exclusivamente brasileiro. E também não quero afirmar que os contemporâneos da primeira metade do século XX tinham consciência disto. O que Oliveira Viana, Francisco Campos, Alberto Torres, Getúlio Vargas e os ditadores europeus possuíam em comum era o medo da desordem, da anarquia, dos comunistas e, principalmente, de uma revolução que viesse das bases da sociedade, considerando que todos eles viveram durante a época da Revolução Russa e tudo o que ela representava.

Mais uma vez cito Hobsbawm (2008a) para caracterizar os perfis do anti-liberalismo do entre guerras. Segundo ele, eram de três tipos: “autoritários ou conservadores anacrônicos” – eram direitistas de ocasião, sem uma coerência ideológica, mas eram conservadores e anticomunistas, como Franco. No entanto, podiam muitas vezes ter de lutar contra ou pelo menos não apoiar o fascismo, como Churchill por exemplo. O segundo era formado pelo “estatismo orgânico” – não defendia a ordem tradicional, mas recriava seus princípios, reconhecendo as classes sociais e grupos econômicos. Para evitar a luta de classes, promoviam a aceitação da hierarquia social e a ideia de que cada grupo social tinha seu papel numa sociedade orgânica composta por todos. Lutavam contra o individualismo liberal, o socialismo e o trabalhismo. O terceiro era o fascismo.

Hobsbawm não quis incluir o comunismo porque seu argumento era a respeito da direita, o que, de resto, não influi neste trabalho. O relevante é que é evidente que o pensamento autoritário brasileiro não pode ser chamado de direitismo de ocasião e nem de fascismo. Parece-me adequado aproximar o pensamento autoritário brasileiro do segundo tipo descrito. Stepan (1980, p. 80) também conceitua o Estado Novo como corporativista, o qual se “destina a recriar uma nova base hegemônica de apoio para o Estado integrando novos grupos sociais”.

Não era do primeiro tipo porque, por exemplo, Oliveira Viana e Getúlio Vargas não eram oportunistas e nem direitistas de ocasião. Ao contrário, eram pessoas de firmes posições políticas e ideológicas. Queriam a modernização do Estado e a neutralização da luta de classes. E decididamente o Estado Novo não era fascista. Sobre a luta de classes:

Rodrigues ressalta o fato de que, geralmente, para explicar o que se passou com o sindicalismo em 1930, enfatiza-se a repressão do governo; esquece-se, porém, que a repressão nas fases iniciais é uma constante. Para ele, devem ser levados em conta os fatores internos. Com Vargas, ocorreu um dado novo: tratava-se não apenas de reprimir, mas de atender algumas das reivindicações básicas dos trabalhadores. O governo não proíbe as atividades sindicais, mas passa a controlá-las (DAL MOLIN, 2012, p. 194).

Ainda segundo duas fontes, Naiara Dal Molin e mais adiante Ricardo Silva, tentarei reintroduzir a noção, já citada em Lamounier, da oposição entre Estado e mercado. Segundo Dal Molin (Ibid., p. 195), “a institucionalização do conflito, a atenuação dos aspectos mais exacerbados e violentos da luta de classes, a burocratização das grandes organizações sindicais”, são traços das relações entre capital e trabalho nas sociedades industriais (aspectos da lógica de mercado). Ainda conforme a mesma autora, o baixo índice de sindicalização, a politização sindical e sua relação tutelar com o Estado, além da predominância da ideologia nacional, são características do sindicalismo de países de industrialização retardatária (características da predominância do Estado sobre a lógica mercantil) (DAL MOLIN, 2012).

Neste contexto, em novembro de 1930, o governo Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e a seguir criou órgãos para arbitrar conflitos entre capital e trabalho – as Juntas de Conciliação e Julgamento – e regulamentou férias, jornada de trabalho e a atividade de menores e mulheres. O Decreto nº 19 770, de 19 de março de 1931, dispunha, entre outros aspectos, sobre a unicidade sindical, ou seja, o reconhecimento pelo Estado de apenas um sindicato por categoria profissional. Funcionários do ministério assistiam às assembleias e os sindicatos necessitavam do reconhecimento ministerial para permanecer na legalidade. Em julho de 1940, já em pleno Estado Novo, foi criado o imposto sindical, o qual deu mais poderes aos líderes sindicais não representativos (pelegos) e diminuiu a importância do número de sindicalizados, pois todos eram obrigados a pagar o imposto. A Justiça do Trabalho foi criada em maio de 1939 e, em junho de 1943, surgia a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Outro dado histórico importante a destacar é o decreto-lei de

maio de 1940, que instituiu o salário mínimo, o qual procurava realmente satisfazer as necessidades da classe trabalhadora, inclusive o lazer (FAUSTO, 2010).

Todo este trabalho institucional de Getúlio Vargas pode ainda ser visto sob a ótica teórica de Ricardo Silva, quando ele enfatiza o dilema proposto por Oliveira Viana a respeito da possibilidade do liberalismo brasileiro. Não poderíamos ter um sistema político liberal, pois ainda não tínhamos uma sociedade liberal (SILVA, 2008). Mais uma vez a lógica mercantil é deixada de lado, mas atentemos para o “ainda”. Pois, para Viana, o autoritarismo é uma forma de se alcançar a sociedade liberal, ou seja, ao contrário dos integralistas, de Francisco Campos e Azevedo Amaral, para os quais o autoritarismo é justificado em si mesmo (Ibid.).

O conceito de ideologia de Estado, no sentido que lhe dá Bolívar Lamounier é, portanto, contrastante com a ideologia de mercado. Esse autor não fala do mercado apenas em seu sentido comum, econômico, mas o conceitua como “mercado político”, onde os agentes estão sujeitos ao risco e ao conflito. Lamounier também aponta outros componentes daquela ideologia, além do já citado predomínio estatal sobre o mercado. A visão orgânico-corporativa da sociedade, tecnocracia, visão autoritária dos conflitos etc., para citar alguns. Também havia certa identificação desses intelectuais cooptados com o poder central. A própria burocracia os favorecia, pois seriam eles, entre outros, os escolhidos para ocupar as novas funções.

No entanto, como pretendo identificar o pensamento autoritário dentro da ótica e do contexto histórico, alguns detalhes devem ser considerados. Getúlio, por exemplo, era de origem oligarca e, no entanto, deu contribuição fundamental para a centralização do Estado. Oliveira Viana também era de uma família tradicionalⁱⁱⁱ. Além disso, há o fato relevante de o Brasil ser um país periférico, o que nunca favoreceu as escolhas autônomas do país e nem mesmo de suas elites, dependentes de bancos e bolsas de valores estrangeiras, de preços internacionais de alguns poucos produtos primários. É justamente este contexto desfavorável que torna mais significativo e impressionante algumas conquistas da Era Vargas.

3. PERSPECTIVAS E LIMITES DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO

O crescimento econômico e industrial dos quinze anos de governo Vargas coincidiu, em seus últimos anos, com a demanda por democracia. Um novo contexto surgia com a volta dos soldados da guerra, com a organização de uma oposição liberal, o surgimento do movimento estudantil, a formação dos partidos políticos etc.

Embora a Revolução de 1930 tenha tido êxito na industrialização e modernização do país, a base política de Getúlio começou a estremecer. Ainda assim, na medida em que a oposição concentrava ações mais pela democracia do que propriamente num “antigetulismo”, o presidente conseguiu se afastar pacificamente do governo sem necessidade de exílio. Como depois ficou demonstrado, não era tanto a base de Getúlio que estremecera, e sim a base do Estado Novo.

Uma nova configuração política nos permite compreender o que foi realmente a disputa política nacional entre 1945 e 1964, o período populista^{iv} (na política) e nacional-desenvolvimentista^v (na economia). Em 1945 Getúlio legalizou o Partido Comunista, o qual, dentro da estratégia de Moscou de apoiar qualquer governo que lutasse contra o Eixo, passou a apoiar Getúlio, participando ativamente do “queremismo”^{vi} junto com os sindicatos e os trabalhadores. Isso, aliado às medidas antimonopolistas de Getúlio, as quais desagradaram tanto os norte-americanos quanto a burguesia nacional, provocou a reação da UDN e a conseqüente polarização da política brasileira. Uma polarização que não era mais entre comunistas e liberais, mas entre nacionalistas e entreguistas, que politizou profundamente o Exército, inclusive. Estava formado o pano de fundo da política brasileira do período democrático (FAUSTO, 2010).

Esta discussão ganhou dupla face, uma institucional e outra intelectual, mas ambas se interligavam. A parte institucional foi designada por Weffort (2006) como o surgimento de “agências de Estado”. Em 1948 surgia uma agência interestatal (vinculada à ONU) sediada em Santiago do Chile, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), tendo entre seus primeiros membros dois dos maiores intelectuais sul-americanos do desenvolvimentismo, Celso Furtado e Raúl Prebisch. Em 1949 surgia a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a qual deu origem ao BNDE (atual BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em junho de 1952, sob a liderança de Roberto Campos. E finalmente em 1955, sob a liderança de Hélio Jaguaribe, surgia o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), cuja ata de fundação contava com grandes intelectuais de diversas áreas do conhecimento social.

Os intelectuais envolvidos na discussão do nacional-desenvolvimentismo encontravam seus argumentos e formulavam suas opiniões a partir da própria realidade do desenvolvimento, o qual se tornara evidente depois da década de 1930. Mas, se o contexto gerou os intelectuais, foram esses que deram origem àquelas instituições. Mais do que uma discussão de “dupla face”, uma intelectual e outra institucional, o que ocorreu foi que não havia como se organizar um debate sem criar espaços para ele. Com a pesquisa universitária recém dando seus primeiros passos, era natural que os intelectuais formassem seus grupos “fechados” ou, talvez nem tão fechados assim, dada a repercussão social que eles alcançaram. Num período democrático de grande promoção de debates, como era aquele, também não havia necessidade destes pesquisadores aceitarem a mera cooptação por um Estado autoritário, como ocorreu nos anos 1930, o que não obstou que eles participassem ativamente de ministérios e cargos governamentais.

O desenvolvimentismo não foi um conceito exclusivamente brasileiro. Ele correspondia à nova ordem política e econômica gerada pelo fim das guerras mundiais e pelos escombros da *pax britannica*. Depois de 1945, prosperar apenas produzindo produtos primários era claramente um projeto arriscado ou inviável, já que dependia de um comércio exterior estável e, portanto, de paz entre as nações. Havia que entrar na agenda a questão da substituição de importações.

Além disso, tanto o nacionalismo quanto o anti-imperialismo pediam políticas menos dependentes dos velhos impérios, e o exemplo da URSS oferecia um modelo alternativo de “desenvolvimento”. Jamais esse exemplo pareceu mais impressionante que nos anos após 1945.

Os Estados mais ambiciosos, assim, exigiam o fim do atraso agrário através da industrialização sistemática, fosse com base no modelo soviético de planejamento centralizado, fosse pela substituição da importação (HOBSEAWM, 2008a, p. 342-43).

Havia, portanto, uma nova forma política no mundo. A própria complexidade burocrático-administrativa só era justificada na medida em que houvesse complexidade econômica. Grandes grupos humanos recém-chegados do campo passavam a participar da política populista, mas algo fundamental precisava ser garantido a elas, emprego nas fábricas. Na citação acima Hobsbawm notou a questão do exemplo soviético. Isto teria grandes implicações a partir de outro fenômeno de meados do século XX, a Guerra Fria. O desenvolvimento autônomo ou nacional-desenvolvimentismo significava independência em relação às grandes potências capitalistas, principalmente aos Estados Unidos. Controle de remessas de lucros, de fluxos de renda e reforma agrária, a qual, aliada à questão propriamente econômica, significava igualdade. Esses elementos de controle do capitalismo também eram tendenciosamente interpretados como comunismo.

Este momento histórico colocou problemas para os intelectuais que só poderiam ser resolvidos pela política. Interesses secularmente consolidados, desde os latifúndios até o comércio internacional, seriam abalados. Assim, a noção de que o desenvolvimento independente do imperialismo era

necessário não era compartilhado pelos que se diziam liberais e pertenciam aos círculos da UDN. Assim mesmo, e de um modo geral, o discurso tecnocrático pertencia à esquerda naquele momento, pois os intelectuais mais notórios eram desenvolvimentistas.

Conforme Celso Furtado (2006), quando o comércio exterior prevalece sobre o mercado interno, um dos efeitos é produzir concentração de renda. Essa era a situação do Brasil na década de 1950. As implicações políticas disso foram bem formuladas pelo mesmo autor:

Não que o país fosse totalmente destituído de indústrias. O que não havia era sistema industrial capaz de autogerar o seu dinamismo. O ritmo da atividade econômica era gerado do exterior, portanto, pelas atividades primárias. O problema não se limitava a depender da importação de tecnologia e de equipamentos para crescer, e sim dispor de uma classe dirigente capaz de formular um projeto de transformação do país (FURTADO, p. 17).

Furtado e outros pensadores nacionalistas apostavam politicamente na classe industrial para tirar o país do atraso, perpetuado pela configuração agroexportadora mantida pela classe latifundiária. Desta forma, atraso e desenvolvimento, para os intelectuais nacionalistas, não eram conceitos que se resumiam ao âmbito econômico. Eram problemas sociais, políticos e também econômicos.

Com uma burguesia agrária defensora de privilégios seculares, outra burguesia industrial/comercial só parcialmente comprometida com o desenvolvimento, além da Guerra Fria imposta pelos Estados Unidos, qualquer situação que potencialmente pudesse revolucionar a sociedade brasileira, como já foi dito, era interpretada como caminho para o comunismo. Era esse o limite do nacional-desenvolvimentismo.

4. CONCLUSÕES

Tanto o período getulista quanto o período democrático e populista possuíam seus dilemas específicos. A Aliança Liberal trouxe uma nova proposta para o país, e se ela impôs essa proposta através de uma revolução, isto se deve à resistência da classe então dominante em aceitar os novos rumos do contexto histórico. Getúlio de modo algum queria um rompimento total com o passado, como demonstrou sua disposição em não transformar radicalmente a estrutura agrária do país. O lugar-comum costuma esquecer-se disto, que Getúlio não criou as leis trabalhistas para os trabalhadores rurais. O que ele pretendia, e foi traduzido pelo pensamento autoritário de intelectuais como Oliveira Viana, era mudar apenas o que era necessário para que a ordem prevalecesse. Uma modernização autoritária ou conservadora.

Para que o país evoluísse sem separatismos, sem revoltas populares, era imperativo que houvesse significativa melhoria das condições gerais de vida, principalmente da classe trabalhadora urbana. É principalmente neste ponto onde reside a centralidade do pensamento autoritário. Segundo essa corrente de pensamento, as massas seriam ignorantes demais para poderem influir de modo decisivo nos rumos do país, e para assegurar que elas não participassem do poder, algumas concessões deveriam ser feitas pelo Estado.

Aproximadamente duas décadas depois da Revolução que consagrou Getúlio Vargas no poder, surgia uma nova necessidade para a intelectualidade brasileira, o desenvolvimento nacional. O autoritarismo havia saído do grupo de poder e se entrincheirou em alguns elementos da oposição aos nacionalistas. Obviamente que, por princípio, a UDN não era autoritária, mas não pensava duas vezes em destruir a democracia para impedir uma república participativa – com sindicatos, trabalhadores, o Partido Comunista etc – como ficou demonstrado em 1961 e 1964.

A diferença fundamental, acredito, entre os intelectuais autoritários e os nacional-desenvolvimentistas, era o aspecto social em que era dada sua ênfase. Para os primeiros era a política e

para os segundos era a economia, mas havia outras. Por exemplo, os pensadores autoritários não eram pesquisadores no sentido acadêmico, e tornaram-se (alguns) tecnocratas em função das circunstâncias e necessidades do próprio Getúlio, que necessitava de apoio intelectual para legitimar suas políticas. Por seu turno, os desenvolvimentistas eram também cientistas sociais no sentido moderno do termo. Escreviam sem os mesmos preconceitos que caracterizavam a geração de 1930. Participavam de um círculo profissional em que poderiam dispensar totalmente as ligações com o poder, caso assim desejassem. Davam aulas, participavam de comissões, grupos de trabalho etc. Se aliaram às esquerdas nacionalistas – colocando em risco suas carreiras e talvez sua própria vida – devido a uma espécie de nuance entre altruísmo e otimismo.

O problema dos pensadores nacional-desenvolvimentistas estava além do alcance deles. Era um problema na verdade das esquerdas nacionais, as quais foram avançando em algumas reformas econômicas e estruturais sem, no entanto, vencer definitivamente o grupo golpista. O limite das reformas era o da democracia brasileira. Se Vargas, a partir de um regime autoritário e sem a Guerra Fria para atrapalhá-lo, conseguiu impor reformas progressistas, o mesmo não poderia ocorrer num regime democrático, onde a oposição reacionária ficara com as mãos livres para agir, agora com o poderoso argumento anticomunista.

NOTAS

ⁱ Termo que caracteriza o “poder dos ricos”.

ⁱⁱ Getúlio Vargas, de fato, não chegou a romper totalmente com as oligarquias regionais, muitas vezes utilizando sua influência para manter a ordem no país. Mas sem dúvida nenhuma ele iniciou os passos em direção à centralização do Estado, apesar de continuar a regular o preço do café, exatamente como queria a oligarquia paulista, por exemplo.

ⁱⁱⁱ Em geral, os intelectuais brasileiros eram de famílias tradicionais no início do século XX (WEFFORT, 2006).

^{iv} Conforme Dal Molin (2009, p. 36), uma das características do populismo era a forma das políticas trabalhistas. Ela “assegurava o apoio de uma massa que, na cidade, escapava ao sistema tradicional do mandonismo local e do coronelismo rural, apoio que facilitava a hegemonia dos grupos que representavam as posições das classes urbanas”. Além disso, “o novo governo lhes oferecia vantagens imediatas no que dizia respeito à proteção ao trabalho, ao direito de férias, a garantias contra dispensas etc”.

^v O desenvolvimentismo era um conjunto de práticas governamentais de estímulo à ampliação do mercado interno, à substituição de importações etc. Em grande parte inspirado nos programas de reconstrução da Europa, como o Plano Marshall (WEFFORT, 2006).

^{vi} Ou “queremos Getúlio”. Significava que queriam a instalação de uma Assembleia Constituinte antes de Getúlio renunciar (FAUSTO, 2010).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Gildo Marçal (2007). *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo, Brasil: Aderaldo & Rothschild Ed.
- DAL MOLIN, Naiara (2009). *Sindicato e Estado no Brasil: O sindicalismo no período populista e o Novo Sindicalismo*. Porto Alegre, Brasil: Nova Prova.
- DAL MOLIN, Naiara (2012). O Sindicalismo do período populista. VIEIRA, Elias Medeiros; DAL MOLIN, Naiara (Org.). *A Construção da Memória Política*. Pelotas, Brasil: UFPEL.
- FAUSTO, Boris (2010). *História do Brasil*. São Paulo, Brasil: EDUSP.
- FURTADO, Celso (2006). *O Capitalismo Global*. São Paulo, Brasil: Paz e Terra.
- HOBSBAWM, Eric (2008^a). *Era dos Extremos: O Breve Século XX, 1914-1991*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- HOBSBAWM, Eric (2008^b). *Nações e nacionalismos desde 1780*. São Paulo, Brasil: Paz e Terra.
- LAMOUNIER, Bolívar (1985). Formação de um pensamento político brasileiro. HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, 3. Ed., 2. Vol., tomo III. São Paulo, Brasil: Difel.
- OLIVEIRA, Francisco (2002). Celso Furtado: Formação econômica do Brasil. MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo, Brasil: SENAC.
- PAIM, Antonio (1989). Correntes e Temas Políticos Contemporâneos. VICENTE, Barreto e PAIM, Antonio. *Evolução do Pensamento Político Brasileiro* (pp. 419-462). Belo Horizonte, Brasil: Itatiaia; São Paulo, Brasil: Editora da USP.
- SILVA, Ricardo (2008). Liberalismo e democracia na sociologia política de Oliveira Vianna. *Sociologias*, 20, 238-269.
- STEPAN, Alfred (1980). *Estado, Corporativismo e Autoritarismo*. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.
- WEBER, Max (2009). *Economia e Sociedade*, v. 2. Brasília, Brasil: EdUnb.
- WEFFORT, Francisco (2006). *Formação do pensamento político brasileiro*. São Paulo, Brasil: Ática.